



Corveta Parnaíba na Patagônia, (óleo s/tela de G. Gomes).
Acervo do Museu H. Nacional.

ALMIRANTE SALDANHA

AMÉRICO JACOBINA LACOMBE
Professor

Quando se procura reduzir a um esquema a biografia de um grande vulto, o estudioso é inevitavelmente impressionado pelo desfecho. O final sangrento da vida de Saldanha domina a mente do pesquisador, circunda de uma atmosfera angustiosa uma existência que tudo fazia crer fadada a um êxito espetacular. Nunca pude contemplar o retrato do Almirante, que dominava a mesa de trabalho de meu pai, sem que me ocorressem, imediatamente, as cenas finais da trajetória percorrida pelo herói. Sua figura aparecia, então, nimbada por uma luz rubra, misteriosa, derivada de uma fatalidade trágica da catástrofe.

O destino parecia preparar para Saldanha uma trajetória estelar. Em pri-

meiro lugar, moldara-lhe um berço de ouro. Neto do Conde da Ponte, descendente direto do Marquês de Pombal, Dom Luís Filipe, como teria direito de tratar-se, o que equivaleria a uma categoria de duque,¹ pertencia à mais distinta aristocracia portuguesa. Ao passar por Lisboa, entrou em contato com a mais alta nobreza, que nele reconheceu um expoente da boa cepa, que dominara outrora a nação. Mas esta aristocracia de raça não gozava mais de privilégios, em nosso império democrático. Seu pai, que lhe modelou o espírito, com a arte de um oleiro, revestiu-o, ainda, de outra espécie de aristocracia: a formação moral e intelectual, que lhe daria entrada na camada da sociedade capaz de assumir

os postos de direção, conforme os princípios de um novo mundo.

Ele pertencia a essa classe de homens que, pela formação e pelo preparo, está disponível para “vencer essa obra letal de indistinação de idéias e valores”. A seleção de competências é o único autêntico espírito aristocrático. “O século XIX foi o da alfabetização das massas. O século XX será o da seleção cultural das elites. E, ainda nisso, se mostra um século essencialmente aristocrático, no verdadeiro sentido da expressão”. São palavras insuspeitas de Amoroso Lima².

Foi nessa segunda e autêntica forma de aristocracia *par droit de conquête*, que ele ingressou, através de uma cuidadosa formação. É essa conquista que nos faz, inicialmente, reconhecer no seu pai a figura de um autêntico educador. Uma vez inclinado à carreira naval, ele se tornou, por um longo e pertinaz esforço, “o próprio molde, a forma de fundição do oficial de marinha, como o tipo universal do profissional que, acima de todos os seus deveres e reconhecimentos técnicos, tem a responsabilidade de significar a cultura e a civilização do povo que representa”. Quem o diz, é J. E. de Macedo Soares, em livro clássico. Tornou-se, em pouco tempo, “a mais alta representação do espírito militar”.³

Pela sua cultura geral, ele ingressou na classe dos intelectuais, com a maior naturalidade. Quando Capistrano de Abreu e Vale Cabral resolveram traduzir e adaptar ao Brasil a obra clássica de J. E. Wappaeus, *A geografia física do Brasil* recorreram a uma equipe de especialistas: Orville Derby, Homem de Melo, Pimenta Bueno, Álvaro de Oliveira, Ramiz Galvão, Pizarro e Rodrigues Peixoto. Aparece aí, o especialista, nos capítulos sobre a costa e seus acidentes — o Capitão de-Fragata *conselheiro Saldanha da Gama*. Ombreava, portanto, com especialistas famosos. É que, ao lado da carreira militar, rápida e luminosa, ele se destacava pelas comunicações ao Instituto Politécnico, instituição que, então, congregava, não só engenheiros, mas numerosos matemáticos e técnicos civis e militares.

Em pouco tempo, sua fama se espalhou por toda a sociedade. Acresce que, além de militar distinto e estudioso respeitado, o jovem oficial era um perfeito homem de sociedade, exímio enxadrista, freqüentando o Teatro Lírico, os clubes musicais, e executando, ele próprio, ao piano, as peças de sua preferência. O Conde de Afonso Celso registra a impressão que lhe ficou da presença de Saldanha, numa festa de um dos grandes clubes do Rio de Janeiro, quando ele marcava uma quadrilha, que era um dos mais belos espetáculos de coreografia das festas de antigamente, mas exigia amplo espaço e uma direção firme. A título de curiosidade, mencione-se que o almirante tinha um rival perigoso, como marcador de quadrilha: chamava-se Manuel Deodoro da Fonseca.

O homem que galgara os seus primeiros postos na carreira, à custa da sua bravura pessoal; que conquistara uma posição respeitável, nos meios culturais, e que era aclamado como um elemento expressivo da nossa sociedade, alcançou, no final do Império, um conceito generalizado de expoente de sua classe. Rui Barbosa dizia dele, que era “o homem mais completo, o caráter mais extraordinário, que já conheci nesta terra”. Gago Coutinho, que com ele lidou, como secretário do Almirante Castilho, proclamou-o “a personalidade mais forte com que entrou em contato na era revolucionária”.⁴

O próprio Tamandaré, espécie de homem símbolo da Marinha, declarava-o “o primeiro nome da sua classe”. Seria fácil alinhar os conceitos que sobre ele emitiram Nabuco, Patrocínio, Pedro Lessa, Veríssimo e até adversários, como Felisbelo Freire.

Tudo fazia crer que ele estava destinado a ser o grande reformador da nossa Força Naval.

É um desses paradoxos de nossa história: o homem revestido de tão nobres e raros atributos morais, intelectuais e sociais; que passou a existência a pregar o completo afastamento das forças militares da política, e que fez mesmo do antimilitarismo a sua bandeira, vai ter a sua maior atuação na história,

chefiando uma revolta contra o poder civil. O apaixonado de sua farda e de sua posição vai perecer, em terra, lutando como cavalariano e vestido à paisana.

Sua ação luminosa na vida militar, tem sido várias vezes resumida: a atuação em Paissandu e Uruguaiana, em que combateu em terra, à frente dos fuzileiros; a ação pessoal em Humaitá; seu juízo, em face da visão de Caxias; e a nobreza de suas referências à extraordinária bravura paraguaia; suas contribuições científicas, registradas nos anais do citado Instituto Politécnico; sua ação na Biblioteca Naval, introduzindo os modernos métodos bibliográficos; e seus imensos serviços à nossa promoção no estrangeiro, como representante do Brasil em Lisboa, em Montevidéu, em Viena e nos Estados Unidos, onde conquistou a amizade pessoal e íntima do nosso Cônsul-Geral, Salvador de Mendonça, como se demonstra, pela correspondência hoje divulgada. Quem poderia prever, que esse famoso e hábil diplomata iria ser, mais tarde, elemento dos mais eficientes para a derrocada do Poder Naval dos revoltosos?⁵

Sua posição, no seio das forças militares, ficou bem comprovada, por ocasião da reação contra a política adotada pelos liberais em 1879, de cortes no orçamento dos Ministérios da Guerra e da Marinha. As medidas propostas tiveram, como consequência, a venda do Couraçado *Independência*, ansiosamente esperado, e um plano de organização do quadro de oficiais, que tornaria ainda mais retardado o ritmo das promoções, que já era lento, no Império.

Constituiu-se uma comissão de oficiais de terra e mar, para estudar a questão. Eram os prelúdios do movimento, que passou a ser conhecido, depois, como *Questão militar*, e, como tal, aparece em nossos compêndios. O que há de curioso é que Saldanha foi considerado cabeça do movimento, a tal ponto, que foi preciso que ele se afastasse da comissão, para que serenasse o ambiente, e o Senado pusesse termo à agitação, negando

aprovação aos cortes propostos. Saldanha deixou de figurar, assim, na lista dos precursores do movimento que terminou por derrubar a monarquia, o que representaria, evidentemente, um paradoxo, em sua límpida vida de militar devoto da disciplina.

Uma série de missões técnicas no estrangeiro, na China; na observação da passagem de Vênus, e na Patagônia, com uma estada em Buenos Aires, que fez época, firma seu prestígio como homem de ciência. É nomeado membro efetivo de Conselho Naval, ao mesmo tempo que funda e preside o Clube Naval, modelo de associação de classe.

Estava no estrangeiro, numa conferência nos Estados Unidos, quando se proclamou a República.

Se estivesse no Rio, talvez não tivesse assistido aos acontecimentos, como a maior parte de seus companheiros. Mas, ao chegar ao País, considera a mudança de regime um fato consumado. Recusa, conforme depoimento expressivo de Lafayette, qualquer entendimento com os monarquistas, para uma conjura, mesmo com o oferecimento da Regência do Império. Deodoro promove-o a almirante, o mais moço do Brasil, e dá-lhe o comando do Corpo de Marinheiros Nacionais.

Abre-se, então, para Saldanha, a agonia, no sentido exato da palavra — luta entre dois sentimentos contraditórios: o respeito profundo à hierarquia militar e a convicção de que a monarquia fora deposta sem o beneplácito da opinião pública. Na crise entre Deodoro e o Congresso, não hesita em apoiar o chefe de Estado. Acima de tudo, está a manutenção da ordem e da unidade, de que o primeiro presidente era a garantia. O apoio da quase totalidade dos governadores era a segurança da manutenção da unidade nacional, — a grande obra secular da construção de um país, em nível de primeira grandeza.

Logicamente, não participou do contragolpe, que entregou o poder ao vice-presidente. E isso Saldanha temia acima de tudo. Gabava-se de conhecer a fundo a psicologia de Flo-

riano: sua fibra de inamolgável resistência, seus ideais de governo forte e sua capacidade de defender-se à custa do sacrifício dos mais caros sentimentos pessoais.

Dispõe-se a lutar em defesa de Deodoro e elabora um plano completo de ação. Sua coerência torna-o digno de respeito. Custódio de Melo, o homem forte, vitorioso com a ascensão de Floriano, não parece guardar-lhe ressentimento. Demonstra-lhe, nobremente, extraordinária consideração apesar do ostracismo a que é naturalmente condenado.

O motim do sargento Silvino horroriza-o. Vê, com pavor, a participação das forças armadas na política interna. Em carta ao Almirante Coelho Neto, datada do retiro a que se impusera em Campos, nas terras de sua família, sustenta a necessidade do afastamento, cada vez mais necessário, dos militares, nas questões políticas do momento. O seu modelo é o da força armada da França, *la grande muette*, na expressão consagrada.

Em abril de 1892, Floriano confia-lhe o posto em que se revelaram, em todo o seu esplendor, as qualidades de Saldanha: o de Diretor da Escola Naval. O que foi a extraordinária ação do enérgico disciplinador, que se revelou então, um excepcional educador, tem sido descrito por todos os que estudaram esse capítulo brilhante de sua vida. A Escola Naval tornou-se, não somente um sério centro de estudos, mas um modelo de formação de uma elite capaz de representar o País em qualquer missão. Saldanha queria alunos competentes, cultos, com capacidade de exercer não importa que missão no País e no estrangeiro e, além disso, capazes de freqüentar os salões e a sociedade de qualquer país do mundo. Não há nenhuma divergência em relação à obra educativa de Saldanha. São unânimes os depoimentos acerca de sua vitória integral em estabelecer um ambiente de cultura, de refinamento e de disciplina rigorosa. Em breve, ele conquistara, não somente o respeito, mas a devoção dos rapazes.

Para honra de Custódio de Melo, em plena ascensão no campo da política, seja dito que ele não poupou reiteradas manifestações de apoio à obra empreendida com ardor pelo colega. Saldanha parecia ter-se encontrado com o destino: a formação da nova Marinha.

Tudo mudou quando Custódio, percebendo que a trajetória de Floriano se distanciava de seus princípios políticos, deixou o ministério. Por sua vez, o novo chefe de Estado via chegar às suas mãos a possibilidade de executar aquilo que, desde a mocidade, julgava necessário à salvação do País: a regeneração da Pátria pela espada. Nunca tinha aceito os princípios da ditadura científica segundo Comte. Não era positivista, tanto que ousou tocar em ponto ultra-sensível aos sectários da Igreja da Rua Santa Isabel; procurou alterar a Bandeira Nacional. Seu conceito de governo forte era puramente empírico. Queria livrar a carga do corpo administrativo, da corrupção que a devorava: montar guarda ao Tesouro. Em 1887, ele já escrevera a João Neiva: "Não posso querer para o meu país o governo da espada; mas não há quem desconheça, e aí estão os exemplos, que é ele o que sabe purificar o sangue do corpo social que, como o nosso, está corrompido."

Eis que o destino lhe entregava agora a missão de "*purificar o sangue do corpo social*". É bem verdade que, nos termos da Constituição, só lhe cabia presidir a novas eleições. É isso, que lhe exigiram alguns juristas e, isso mesmo, o intimaram a executar treze generais de terra e mar. Mas Floriano não se considerava um simples *funcionário*, termo que empregou Deodoro em sua renúncia, incumbido de uma formalidade legal. No seu modo de ver, o primeiro quadriênio era excepcional, regulado exclusivamente pelas disposições transitórias (art. 1º, § 2º): "O presidente e o vice-presidente, eleitos na forma deste artigo, ocuparão a presidência e a vice-presidência da República durante o primeiro período presidencial". A ocupação da *vice-presidência*, levou Floriano a jamais usar o título de presidente durante o seu

Tudo o que eu tenho ao valor, saber.
 tudo na posição que ali occupa V. Ex.
 - Poco meia para recomendar es-
 pecialmente à V. Ex. a pastador de
 - 2º Tenente Burlamaqui, e mais re-
 pares, que andam em serviço per
 esta região. - Toda a collida feita
 a elles - será para mim especial
 - Mercê: e a causa um auxilio.
 - Por mim já tenho um recompê-
 sa para as muitas penas e sacri-
 fícios na conquista desta terra e
 conquistas facitas dos patrios
 rio. grandes: -
 - e finalmente V. Ex. me manda um
 prego de reerguer a massa revalução.
 Li ella de tudo não perdi triumpho,
 ao mesmo encalço com honra.
 - Suppondo a opportuidade de co-
 municar à V. Ex. de perto, precele como
 deste desejo para offerecer a V. Ex.
 a sequencia da estima com que sou.

De V. Ex.
 Patricio att.º, affectuoso e muito
Ant. Philippe de Saldanha da Gama

governo, enquadrando-se literalmente nos termos deste artigo. Essa anomalia foi esquadrinhada por Joaquim Nabuco em estudo sobre a Revolta da Armada.⁷ Dir-se-ia que, ocupando a presidência, expressamente ele se enquadraria na normalidade constitucional e ficaria impedido de ocupar a presidência em novo quadriênio.

Mas aí iludia-se o hábil estrategista. Ele dispunha da grande maioria parlamentar, isto é, dos grupos políticos que se formavam nos Estados, especialmente do apoio decisivo das bancadas mineira e paulista. Contava decisivamente com o exército. Mas poderia contar com estas forças para permanecer no poder e, ainda, numa eleição direta, tão próxima de golpes e contragolpes, ou para a instauração de uma ditadura purificadora? Isto era, positivamente, uma incógnita.

Custódio, principal fautor do contragolpe de 23 de novembro, apresentava-se como a maior figura política do momento. A venda caiu-lhe dos olhos quando se convenceu de que realmente o vice-presidente, forte no parlamento e no exército, imporia sua interpretação do texto constitucional. Desde então, começa um período francamente conspiratório. Não havendo possibilidade de uma vitória parlamentar, só restava repetir a mágica da deposição de Deodoro.

Nessa aventura não estava Saldanha disposto a entrar. Primeiro, porque não havia ninguém no Brasil mais contrário à intervenção militar na política. Segundo, porque, como já se disse, talvez não houvesse quem melhor conhecesse a psicologia de Floriano. Deodoro, em cuja defesa ele se dispusera a lutar, era um emotivo. Sua bravura era um espetáculo, uma festa, animada por um fogo interior. Diante de tropas quatro vezes superiores às suas, em 15 de novembro, arrojou-se num ímpeto, sem hesitação, e arrastou a adesão da totalidade. Mas, diante da iminência de uma guerra civil, separando seus antigos companheiros, recuou e renunciou. Floriano era a frieza e a convicção inquebrantável de que o seu papel era a resistência. Foi o conhecimento

disso que afastou Saldanha, quando tomou conhecimento do rompimento de 6 de setembro: "Que desgraça. Eles não conhecem o *major*. Julgam que ele é Deodoro. Estão enganados. Agora mesmo Floriano está tomando todas as providências."⁸

Mas, se Saldanha não cria na solução pela violência e não apoiou o desespero de Wandenkolk, também não quis sair da sua posição estritamente técnica. Recusou terminantemente a pasta da Marinha numa entrevista histórica, minuciosamente descrita pelo Almirante Brusque.

Recusou, segunda vez, quando, procurado por um dos mais hábeis amigos de Floriano, o Senador Cunha Júnior. Ainda, quando Custódio de Melo achou que o plano de Floriano ficara a descoberto com o veto oposto à lei que vedava a reeleição dos que tinham ocupado a presidência, não se demoveu. Ele conhecia o *major*. Não aderiu. Com isso, para muitos, golpeou de morte o movimento. Com sua adesão imediata, Floriano não resistiria.

Mas, aqui, procuraremos evitar a história do *se*. A história é o que se passou, e não o que se poderia ter passado. Se Luís XVI não tivesse ordenado a cessação da resistência dos suíços, a revolução talvez não tivesse chegado até à República. Se Murat não tivesse avançado com os granadeiros em St. Cloud, o ciclo napoleônico não teria existido. Se Saldanha tivesse aderido, a 6 de setembro, Floriano cairia. É o que diz Felisbelo Freire, florianista sincero, logo após a derrota da revolta. Mas as eleições que se seguiriam, talvez, também, não tivessem trazido ao timão do Estado a figura do nosso Lincoln, que foi Prudente de Moraes. E, por aí iríamos, numa série de conjecturas, que nada têm de histórico.

O fato verdadeiro é que se criou uma situação única, jamais conhecida em nossa história: a neutralidade de uma autoridade militar em face de uma revolta. Nem Saldanha se declarava revoltoso, nem o Governo ousava demiti-lo da direção da Escola. Nem, sequer, deixava de manter correspondência e pagar os vencimentos de todos os seus

subordinados. Leia-se, por exemplo, o discurso de Rui Barbosa, perante o Conselho de Guerra, em 1895, na defesa do Almirante médico Dr. Pereira Guimarães. É a mais estranha das situações.⁹ “Os doentes da esquadra, que estavam sob as ordens das autoridades de terra, foram invariavelmente recolhidos ao Hospital da Misericórdia. Não se remeteu nenhum mais para a Ilha das Cobras. O estabelecimento existente nesta passou, pois, não só com o assenso, mas com o concurso material do Governo, a ter por destino *exclusivo* o tratamento de *revolucionários feridos*. Para esse fim continuou a administração pública a mantê-lo, a lhe fornecer os medicamentos, a lhe ministrar a dieta, a supri-lo de todos os pertences hospitalares, a lhe assegurar os serviços do pessoal médico naval. E se não bastasse, dando a essas relações suas com o almirante que considerava como revoltado, ao mesmo passo que o tratava como fiel, uma solenidade extraordinária, designou o chefe do Corpo de Saúde para ir servir às suas ordens.”

“Saldanha declara-se *neutro* entre o Governo e a revolta. Logo, só por uma ficção *ad hoc*, de que não há exemplo na história, podia o Governo abster-se de assimilar-lhe a atitude à dos rebeldes.”

“Mas, ao mesmo tempo mandava *conservar* no hospital os *indivíduos que forem tendo alta*, permitia o emprego da artilharia contra o hospital.”

“Entre o Governo que assim entregava nas mãos do Almirante Saldanha da Gama toda a autoridade sobre o hospital e o Governo que, ao mesmo tempo deixava empregar contra esse estabelecimento a artilharia, que ainda não lhe convinha apontar declaradamente contra o mesmo almirante, entre o Governo que sustentava o hospital e o Governo que o bombardeava, bem singular era o dilema em que se via o acusado.”

“De um lado, um Governo que, à custa do erário público, sustenta um hospital reservado ao tratamento dos insurgentes, os quais vão refazer-se nas enfermarias do Estado, para re-

gressar às fileiras revolucionárias, donde saíram com os ferimentos adquiridos na luta contra as forças legais. De outro um oficial general comandando oficiais e alunos de um curso militar na direção de um estabelecimento do Governo, Governo que se conforma a não exercer sobre esses alunos e esses oficiais a menor ação; que reconhece nesse general a posição inaudita de *neutralidade* entre as autoridades e a revolta, que, em suma, ao mesmo passo que lhe satisfaz as requisições e lhe paga os vencimentos, lhe lançaria a garra se ele se aventurasse a pôr pé em terra firme.”¹⁰

Não nos propomos a acompanhar os trâmites da revolta. Eles estão abundantemente estudados na obra de Felisbello Freire (incompleta); nas *Memórias e documentos* de Floriano, editados pelo Ministério da Educação, também incompletos; nas obras de Dunshee de Abranches e Sílvia Vieira Peixoto, do ponto de vista florianista; nas memórias dos Almirantes A. C. de Sousa e Silva, Raul Tavares e Frederico Vilar e na biografia de Dídio Costa, do ponto de vista saldanhista; e nas publicações do Almirante Álvaro de Vasconcelos, do ponto de vista custodista.¹¹

A última tentativa de pacificação, tentada pelo Almirante Baltazar da Silveira, malogrou-se. Melo exigia, como preliminar, a renúncia de Floriano — condição inaceitável, por quem se sentia destinado a representar um papel providencial na História. Floriano, sabedor da exigência — como sabia de tudo — recusou-se, sequer, a receber o Almirante Baltazar.

Apresentou-se, então, ao público, o espectro do bombardeio e arrasamento da cidade. O pânico contaminou a população. Ninguém o descreveu, como Coelho Neto, testemunha presencial, num de seus flagrantes da vida carioca naquele momento. Os que puderam, fugiram para o interior, ao menos para os subúrbios. Dentro da cidade, o fenômeno se concentrou no assalto aos transportes, àquele tempo, de burros: “Grosso tumulto de gente precipitava-se para os bondes, com algazarra;

mulheres corriam arrastando crianças que choravam; outras, sobraçando embrulhos, seguiam com lentidão, arrastando. Uma velha, que caminhava em passo miúdo e rápido, parou de repente, como assustada, e pôs-se a olhar em volta, indo e vindo, estonteadamente. Veio até junto de mim, mas tornou, de novo, para o largo, e com as mãos ambas na cabeça, em grande desespero, pôs-se a chamar alguém, aos gritos. Os que passavam, surdos, em ânsia de salvação, empurravam-na e ela voltava-se olhando para todos os lados, sempre a gritar, aflita. Desapareceu como se a tivessem pisado os que corriam, mas os seus gritos ainda vibravam, mais longe, perdendo-se, a pouco e pouco, até que apenas ficou o marulho do povo que abalava desordenadamente.”

“E os bondes eram invadidos; senhoras iam de pé nos estribos, agarradas aos balaústres ou entre os bancos. Pobres mulheres levantavam nos braços criancinhas tenras, embrulhadas em toalhas e pediam por piedade que lhes cedessem um lugar, contando que haviam deixado o leito, que mal se podiam sustentar. Mas ninguém ouvia; o pânico acossava a multidão como as tempestades nos desertos levam as caravanas batidas até à morte.”

“O povo, no seu egoísmo brutal, batilhava pela vida, surdo a gemidos, atirando-se aos bondes com a sofreguidão dos naufragos que se arrojam, em massa à mesma barca frágil. Às vezes os cocheiros declaravam, travando os carros, — que os animais não podiam. Mas o povo irrompia em vozeiro — que tocasse, que seguisse. Ameaçavam; e homens vinham impelir os carros ajudando os muars até que se moviam e, ganhando impulso, faziam vagarosamente a volta com um rangido agudo pelos trilhos. E outros bondes chegavam apinhados, rumorosos. Carros eram disputados e, de todas as ruas, vinham ondas de gente, a correr, em escoamento ininterrompido.”¹²

Citei o depoimento de um romancista, porque, ninguém como eles, ficcionistas, reproduzem tão bem o ambiente criado em determinadas circunstâncias, como o reconhecem tantos historiadores e sociólogos.

Foi este ambiente de pânico, que levaria a cidade à anarquia; que fez com que o ministro do Exterior entrasse em contato com os comandantes estrangeiros e obtivesse o famoso acordo, que aliviou a tensão exercida, pela presença da esquadra revoltada, diante da cidade.¹³

O que se segue, só poderá ser discutido por técnicos, e não por leigos. Ou entramos na famosa história dos se, que não é científica. É ucrônia, palavra que indica o que não ocorreu no tempo; como utopia, o que não tem lugar no espaço. O Almirante Melo parece ter-se fiado no efeito moral da revolta e na pressão do pânico sobre o Governo. Mas, ela falhou em face do temperamento frio do vice-presidente, e pela cartada da intervenção das forças estrangeiras.

A ocupação de Niterói, possível nos primeiros dias, foi sendo adiada, até se tornar impraticável.

Entrementes, a posição de Saldanha, perante o Governo, vai-se tornando cada vez mais difícil. A recusa em licenciar os alunos da Escola é positivamente um ato de desobediência. Agrava a situação. Ao mesmo tempo, não há articulação entre a Revolução Federalista, que avança ameaçadora, no Sul, e a chefia revolucionária. A criação de uma Junta, em Santa Catarina, ainda piora a situação. Ela devia tornar-se a base de uma negociação diplomática para conseguir-se o reconhecimento da beligerância. Em vez disso, tornou-se fonte de maiores e cada vez mais amargos conflitos, dadas as acusações que o Comandante Lorena, seu chefe, desfere reiteradamente contra os chefes federalistas, seus comandantes, bem como, aos aliados eventuais, como Rui Barbosa, destrutado no momento em que se impunha uma conjugação de esforços.

Os esforços de Saldanha para impedir a adesão, em massa, de seus comandados, à Revolta, são cada vez mais arriscados. Ele próprio tem que ir buscá-los, de bordo do *Aquidabã*, pondo em jogo seu prestígio pessoal. Chegava-se, pouco a pouco, a um ponto, em que só restavam a Saldanha

duas saídas: a prisão voluntária ou a adesão. Esta se tornava cada vez mais inevitável. A adesão da Ilha de Villegaignon, de que Saldanha tivera conhecimento prévio, colocou-o numa posição insustentável. O ministro não era mais, positivamente, obedecido; mas, por outro lado, não demitia o diretor da Escola, o que levava a situação esdrúxula da *neutralidade* ao paroxismo.

Saldanha vê-se impellido a uma situação igualmente esdrúxula: assumir uma posição primacial numa revolução militar, o mais legalista e o menos militarista dos militares. Em carta a Silveira Martins, ele equaciona a sua posição, cada vez mais sutil: "Oposto por instinto a toda a revolta, e por princípio, a toda imiscuição militar na política, eu não posso agora participar da primeira — a revolta, senão impellido pela força dos acontecimentos, nem tomar parte na segunda — intervenção das forças armadas, senão quando a minha personalidade se tornar verdadeiramente indispensável como elemento sério de força e de ordem."

Silveira Martins pretende oferecer-lhe a chefia de Governo de Santa Catarina, o que daria alto relevo àquele chamado *governicho* e lhe daria ensancha de, numa derradeira tentativa, isento de compromissos, assim como, de levantes, concorrer para, com o seu esforço e sua força moral, "fazer voltar as nossas classes militares à verdadeira trilha do seu papel e da sua missão."

Mas a sugestão do chefe federalista não teve o necessário apoio do chefe da Revolta Naval. Ora, o *governicho*, em matéria de filosofia política, era tão jacobino, quanto os que mais o fossem, no campo florianista. Em vez de um ponto de apoio, foi um foco de atritos, que nunca se articulou com a revolução gaúcha. Não acolheu o Conselheiro Maciel, representante de Silveira Martins, e atacou o General Saldanha, alto expoente das forças do Rio Grande.

O tempo era aliado de Floriano. Saldanha sentia-o angustiadamente. Ainda às vésperas de dar o passo decisivo, o Almirante recebe o convite para a

chefia do Estado-Maior da Armada, última táboa oferecida para sua permanência fora da rebelião. Saldanha confiava em suas relações com altas figuras do Exército, com que ele colaborara nos últimos anos do Império. Fez sondar Hermes da Fonseca. Mas o sobrinho de Deodoro não colocou seus justos ressentimentos pessoais acima de seus compromissos.

A 8 de dezembro, afinal, aparece o célebre manifesto de Saldanha, onde se lê o fatídico trecho, tão facilmente explorado, em que se falava em "repor o Governo do Brasil, onde estava a 15 de novembro". Para os que o acusavam de restaurador, não podia haver prato mais apetitoso. Até o fim da Revolução, esta expressão vai servir de pretexto para acusações, ainda que os monarquistas se tenham sempre lamentado da não adesão de Saldanha à conspiração que eles teimavam em tecer continuamente.¹⁴

Mas, uma vez que assumia uma nova posição, Saldanha se propôs a realizar a missão que lhe parecia destinada. Manter, durante certo tempo, a Esquadra revoltada na Baía de Guanabara, forçando o Governo a guarnecer fortemente a Capital Federal, e permitir a invasão dos federalistas, que avançavam do Sul; fortalecer os laços com os revolucionários do Sul e ameaçar São Paulo, com um possível desembarque em Santos. Para sustentar essa posição urgia, ou tentar um temerário ataque ao Rio, cuja realização foi desaconselhada pelas sondagens realizadas, ou a Niterói, para o qual seriam necessários reforços trazidos pelo *Aquidabã*, que se achava em Santa Catarina. Tais reforços, por causas ainda não conhecidas, não chegaram. O ataque à Armação, com imensa inferioridade de número, só teve como efeito aliviar o cerco crescente em torno da Esquadra.

Restava, agora, a possibilidade de um combate na Bahia, contra a Esquadra do Almirante Gonçalves, que ali se concentrava. Mas tal combate, também, não foi possível. As duas melhores unidades chegaram a iniciar a sua missão, quando foram detidas por um desarranjo técnico. A concentração da

Esquadra na Guanabara passou, então, de ameaça, a uma verdadeira ratoeira. Ainda havia esperança da chegada do *Aquidabã*, única unidade capaz de forçar a saída da barra, para levar os insurretos ao encontro dos rebeldes do Sul. Mas o famoso vaso de guerra, comandado pelo lendário Comandante Alexandrino de Alencar, chegou até à entrada da barra, quando recebeu ordem de voltar, incontinenti, ao Sul. Entrementes, o Governo se fortalecera poderosamente, em torno da baía, acobertado pelo acordo com os comandos estrangeiros. A nova Esquadra já bordejava à boca da Guanabara. Só restava o asilo.

Começa, então, a fase de agonia: o asilo nos barcos portugueses; o excesso de asilados, com todas as consequências; a viagem ao Prata, a fim de abastecerem-se os navios; a fuga, com absoluto desconhecimento do comandante português, conforme relatos absolutamente fidedignos; e, finalmente, a tentativa de apresentação de satisfações a Portugal, malograda, em face da preocupação única do governo português de conseguir restabelecer as relações com o brasileiro, rompidas por ocasião do asilo.

Afinal, a fase derradeira, da preparação de nova invasão do Rio Grande, com um punhado de amigos restantes, e os entendimentos com Silveira Martins. Hoje, que nós sabemos quem foi Prudente de Moraes, e os propósitos sinceros de pacificação, o sacrifício de Saldanha nos parece vão. Mas, se consultarmos a correspondência das grandes figuras da época, veremos que a todos se afigurava impossível que o advogado paulista conseguisse: primeiro, ser eleito; segundo, empossar-se; e, finalmente, governar.

Floriano deixaria o Governo sem ter completado a *missão purificadora*, a que o instigavam seus ardorosos partidários. Ele sentiu que não o poderia nem deveria fazer. A sondagem aos Governadores foi revelada pela indiscreta resposta pública de Gabino Besouro.¹⁵ A conduta de São Paulo fora pautada por um rigoroso legalismo. Prudente de Moraes temia que, em vez

da consolidação da República, proviesse, da ditadura, o caudilhismo; e Campos Sales advertia o Governador Bernardino de Campos contra os exaltados.¹⁶ A posição de Minas foi desvendada, em carta maneirosa, mas clara, de Afonso Pena.¹⁷

Finalmente, a própria Marinha, nova e legalista, não estava disposta a concorrer para a instauração de uma ditadura, fosse ela qual fosse. Ouvi de um oficial às ordens do Almirante Gonçalves, que os novos vasos de guerra passaram as noites de 13 e 14 de novembro de 1894, de fogos acesos, prontos a uma reação, a qualquer golpe de Estado.

Isto não pertence à história do se, à ucrônia. São documentos existentes e divulgados.

Está por se fazer a crônica objetiva e completa do movimento revolucionário, de suas falhas e de suas realizações. Mas, não há de ser feita por um leigo. Há muito que esquadrinhar nos incidentes com oficiais estrangeiros, especialmente os americanos. O próprio Floriano, dentro de seu lema — “confiar desconfiando” — soube tirar proveito do apoio dos Estados Unidos; mas não cria na gratuidade ou no republicanismo, com que eles mascaravam a proteção ao governo legal. Retardou, de cinco meses, o recebimento das credenciais do novo ministro plenipotenciário americano. E quando Glicério lhe perguntou se não considerava isso uma falta de reconhecimento dos serviços prestados por aquele país, respondeu, laconicamente: — Hum! É por amizade? Não creio. Veja o Amazonas.¹⁸

É que o desconfiado presidente já estava informado das tratativas americanas com a Bolívia, a propósito do Acre. Mas, isto já é outra história.

A retirada da Guanabara é todo um descambar de desastres: o desembarque tardio no Rio Grande do Sul, inútil para a Revolução; a entrega do Cruzador *República* ao Governo Argentino; o afundamento do *Aquidabã*; a morte de Gumercindo Saraiva; a chacina das altas personalidades do Paraná e a cha-

cina no Rio de Janeiro; o conflito diplomático, em virtude da negação do direito de asilo; a viagem terrível do Pedro III; os incidentes, em Lisboa, com Benjamim de Melo; e, finalmente, a chefia militar da Revolução, oferecida por Silveira Martins.

Da correspondência com Silveira Martins, em Buenos Aires, até à fixação de Sa'danha, em Montevideu — e, mesmo depois, — verifica-se que os dois grandes chefes estavam convencidos de que o florianismo iria impedir, ou anular, a presidência de Prudente de Moraes. Manter a Revolução acesa seria, assim, dar um ponto de apoio para a futura reação contra a ditadura, que se afigurava inevitável.

É desolador ver o ardor com que Saldanha se entrega ao preparo da nova invasão. O próprio Silveira Martins, procura dissuadi-lo de tomar parte pessoal na expedição: "Ele será fatalmente sacrificado. Não conhece o terreno em que pisa, nem sabe andar a cavalo. O gênero de guerra que fazemos no Rio Grande do Sul vai surpreendê-lo, inutilizando-lhe a inteligência e a bravura."¹⁹

Aqui entra, em grande parte, o célebre *orgulho eqüestre dos gaúchos*, a que se refere Oliveira Viana. Saldanha, nas terras de sua família, aprendera, desde criança, a equitação. Mas, para um gaúcho, não há *baiano* que saiba montar. Quanto ao gênero de guerra, tinha o velho tribuno amplamente razão. Toda a correspondência, que resta dessa época, é um desafiar de decepções: falta de recursos, desistência de grande número de chefes e convicção da inutilidade dos esforços. Saldanha fez-se surdo a todas as vozes desanimadoras e entrou no território brasileiro, acompanhado do punhado de oficiais, que restava de seus antigos companheiros. Falharam os canhões, adquiridos em Buenos Aires, e que nunca chegaram ao campo de batalha.

Prudente de Moraes falava em paz honrosa. Mas o Governo local zombava do Governo central. Para os renitentes federalistas, as sutilezas jurídicas ficavam em segundo plano. O que interessava era a autoridade domina-

dora de Castilhos e seus delegados. Sa'danha não toma parte nas negociações de paz, entre o General Inocêncio Galvão e Joca Tavares. O que pretende é ter uma base forte, para obter vantagens na paz. A anistia não lhe interessa, pessoalmente. Despedira-se, definitivamente, das Forças Armadas. Ele quer, porém, salvar os seus rapazes; e não privar a Marinha dos valores que se haviam revelado.

A catástrofe final é uma das páginas mais lúgubres da nossa história. Pela mão de um estrangeiro, um alto padrão de nossa cultura é estraçalhado, de maneira bárbara, e sepultado em terra estranha.

A pastoral do Bispo do Rio Grande do Sul, D. Cláudio Ponce de Leon, é o mais eloqüente documento relativo à violência e selvageria, com que era conduzida a luta: no combate do Rio Negro, 300 prisioneiros encurralados num grotão, sofreram a degola, um a um. A narrativa do espetáculo terrífico, do local do combate de Campo Osório, é qualificada de loucura coletiva, por um médico de Montevideu, Dr. Florêncio Sanchez, e publicada, significativamente, nos *Arquivos de Psiquiatria*. (Buenos Aires, 1896).

O maior elogio do vencido foi feito pelo vencedor. Em discurso, na maçonaria, dias após o combate, o General João Francisco declarou: "Antes de aceitar o combate e depois de verificar a superioridade numérica das forças legais, Saldanha da Gama poderia retirar-se comodamente para o Estado Oriental. Mas não quis recuar. Ele estava disposto a morrer. E morreu."²⁰

A descrição minuciosa dos últimos movimentos, de uma parte e de outra, está feita. Verifica-se que falharam todos os planos bem elaborados por Saldanha. O combate embalado da cavalaria, em frente às trincheiras, impediu a intervenção dos atiradores, impossibilitados de alvejar unicamente o adversário.

De Saldanha diria, dez anos depois, Martim Francisco: "Era uma enciclopédia de competências. Aliava a coragem à calma; irmanava à impavidez à

elegância; anexava a força à ciência.” “Astrônomo, devassava o espaço; sociólogo, mantinha fé robusta no direito e na civilização; mestre, era o companheiro dos discípulos; guerreiro, foi o soldado da vanguarda; soldado, caiu, como na antiguidade caíram os espartanos; vivo, era o primeiro onde aparecia; morto, ainda assim, fascina a geração que o sucedeu.”²¹

Apenas desaparecido, sua figura ascende à posição de símbolo da sua classe. As virtudes que revelou, no correr da sua carreira, entram para a nossa gesta heróica. A disciplina que impôs aos comandados, transpõe desta página, de um de nossos melhores estilistas, Eduardo Ramos:

“A disciplina é a potência gerada pelos profundos instintos da preservação humana para contrapesar, submeter e dirigir a cega bruteza da força. Ela cresce nas organizações sociais, numa ação construtiva análoga à lei da gravitação como elemento de equilíbrio. Fora dos altos destinos que regem o nosso destino, seria impossível explicar como um só general, fraco na sua unidade, e desarmado, consegue, pela simples presença, pela irradiação dos seus olhos, pelo prestígio da jerarquia que parece passar por uma tonalidade impressiva na sua voz, nas suas palavras, e comunicar a seus gestos uma energia dominadora, — seria inexplicável, digo eu, que tamanho poder se realizasse em um só homem sobre massas inumeráveis que se lhe submetem nas mais duras transes da obediência, se esse fenômeno assombroso não resultasse de uma lei moral das sociedades humanas.”

Conta-se que o Almirante Saldanha da Gama, de uma feita, mandou aplicar a um marinheiro incorrigível uma pena corporal, como era lei do tempo, em todas as Forças Armadas. “Terminado o castigo o refratário... com a boca espumante de ódio protestou apunhalar o chefe que ordenara o tormento. Saldanha foi informado da ameaça que partia de uma das praças mais violentas entre as do seu comando e ordenou que ela viesse imediatamente ao seu camarote. O marinheiro apre-

sentou-se. Então — disse-lhe o Almirante, indo fechar a porta que o deixara a sós com o subordinado, *Às ordens*, — murmurou o marujo, com a mão direita erguida em continência. *Faze-me a barba!* — ordenou Saldanha entregando-lhe uma navalha. O Fígaro obedeceu, mas de tal maneira a mão lhe tremia, que se deteve depois do primeiro lanço. — *Então?! — Não posso*, — explicou humildemente o estranho barbeiro: — *tenho medo de molestar Vossenhoria.*”

“Saldanha ergueu-se e cravou no rosto do interlocutor um sombrio olhar impávido.”

“O marinheiro caiu-lhe aos pés de joelho, beijando-lhe as mãos... Eis a disciplina.”

“Quando não se possui o temperamento para afrontar esses episódios, cumpre ao serventuário militar despir serenamente a sua farda, enrolar o torçal do talim na sua espada e os depor, como ornamentos de uma carreira frustrada, aos pés da sagrada bandeira que ele jurou, mas não soube defender.”²²

O que nos corre perguntar, ao fim dessa longa exposição, é se terá sido inútil o sacrifício de tantas centenas de bravos brasileiros. Não pensa assim João Camilo de Oliveira Torres: “Saldanha da Gama não foi totalmente vencido. Conseguiu forçar Floriano a suspender o estado de sítio e a marcar as eleições, de onde saiu o governo de Prudente de Moraes. Sem a revolta resistiria o marechal aos convites dos positivistas para fazer-se ditador?”²³

Note-se que Dunshee de Abranches, em sua *A revolta da Armada e a Revolução riograndense*, acredita que havia uma forte corrente, no sentido de proclamar-se a ditadura em 15 de novembro de 1894.²⁴ A persistência da armada rebelde foi um alarme diante dos que sonhavam com o ideal da ditadura republicana. Ciente da disposição das forças políticas, como foi dito, o próprio Floriano fez com que o golpe se frustrasse.²⁵

Mas, ainda depois da posse de Prudente, era insistente a notícia da volta de Floriano. Isso fazia com que Sal-

danha persistisse num movimento condenado ao malogro. Mesmo a notícia verdadeira da moléstia do Marechal era interpretada como disfarce para ocultar a conspiração. Quem poderia imaginar que o Marechal se finaria poucos dias depois do combate de Campo Osório?

Tudo faz crer que Saldanha estava consciente da impossibilidade de uma vitória militar do movimento. Tratava-se de manter uma posição, que permitisse garantir uma solução honrosa. Ele estava convencido de que o Governo civil não conseguiria libertar-se do militarismo. Chamava o advento do novo presidente da "simbólica investidura do Dr. Prudente de Moraes". É compreensível que uma posição tão sutil não lhe despertasse o entusiasmo, que o conduziu à revolta em dezembro de 1893. Tanto ele quanto Silveira Martins amarguravam, diariamente, o abandono de dezenas de companheiros. Não chegavam a 200 homens os companheiros da primeira hora.

Além disso, chocava-o a atmosfera totalmente diversa daquela em que se formara. Como poderia um homem de sua estrutura admitir que Silva Tavares e Carlos Teles interrompessem, momentaneamente, suas incompatibilidades para comparecerem, ambos, a um churrasco, onde confraternizaram?²⁶ Apesar de tudo, enfrentou tranqüilamente o risco da catástrofe. Em carta a Benjamim de Melo, escreve estas graves e tristes palavras: "Ao menos poderei acabar combatendo, em vez de sobreviver como caloteiro a uma revolução pela qual tudo sacrifiquei."²⁷

Até o momento da fatal invasão, esperava-se um acordo. Houve até uma tentativa de entendimento entre Silveira Martins e Abbot, representante extremado do florianismo, à frente de nossa representação em Buenos Aires. Mas terminou com uma apóstrofe arrasadora de nosso maior triunfo, sem qualquer resultado prático.

A anistia, ainda que insatisfatória, proposta pelo Governo, caiu, por um voto, no Senado. Ainda que fizesse concessões julgadas excessivas, ao jacobinismo, falando em *submissão in-*

condicional, teria impedido a nova invasão. Ao menos, esfriaria os poucos que restavam fiéis à bandeira saldanhista, já que, paralelamente, os castilhistas haviam perdido dois pontos, com a substituição de Vitorino Monteiro e Abbot no campo diplomático.

A revolução retraía-se, agora num terreno local: restringia-se à luta contra o castilhismo e a sustentação dos princípios parlamentaristas do partido federalista. As proporções do conflito estavam assaz diminuídas, comenta Dunshee: um estadista da visão de Silveira Martins sobre os problemas nacionais, embaraçado com problemas paroquiais; um técnico militar e patriota, do porte de Saldanha, empenhado em organizar trincheiras e planejar guerrilhas.

As condições em que ficavam os revoltosos eram as mais humilhantes. Dirigindo-se a Silveira Martins, Saldanha justifica sua persistência na luta: — *Prefiro o extermínio.*

Foi o que ele teve, afinal. Mas, com o desaparecimento das duas grandes culminâncias morais, de ambos os lados, o ambiente se clareou: a anistia veio. Os *rapazes* de Saldanha, curtidos no sofrimento e na luta sangrenta, puderam, em boa parte, retomar o lugar que mereciam no seio da nossa Marinha de Guerra, que renasceu das cinzas e veio a constituir uma nova e brilhante geração. Quanto a ele, declarava, claramente, que não mais voltaria ao Brasil: "Minha carreira está terminada. Irei para Portugal ser professor de primeiras letras." Voltou, porém, após a morte, glorificado e respeitado pelos adversários da véspera, transformado em símbolo da honra e do patriotismo da Armada Nacional.

A Revolução foi flagelada, disse Rui Barbosa, no Senado, em 3 de setembro de 1895, porque não venceu. "Se esta é a sorte das revoluções que não vencem, esta consideração moral devia aconselhar aqueles que julgam as revoluções a não empregarem em relação a elas os epítetos ferinos, que o ódio inspira."

Já que citamos o patrono dos advogados, permiti que encerre estas con-

siderações com uma página desse espírito, em cuja convivência labuto, já há cerca de quarenta anos. É uma homenagem aos que morreram por terem seguido os seus chefes prestigiados: *Durante quatro meses*, escreveu Rui Barbosa, na *Imprensa*, em 1900, "as armas da legalidade espingardearam friamente, nas ilhas deste porto, quinhentos a seiscentos homens. Tal o depoimento dado ao autor destas linhas quando, em 1895, regressava do exílio, por uma alta patente do exército, então investida em cargo de elevada confiança administrativa no Ministério da Guerra. Isto apurei com todos os elementos da certeza oficial." No entanto as leis de guerra a descrevem o vencedor ao dever de poupar os que depuseram as armas. Matá-los é assassinar.

Graças àquela chacina, continua Rui, "a armada brasileira perdeu a legião de heróis cujos despojos semearam de vastos sepulcrários cruentos as formosas águas da Guanabara. Graças a essas eliminações bárbaras, os nossos navios, apesar de tão poucos, não têm hoje braços com que acudir à manobra, ou guarnecer os canhões. Salvou-se, mercê de Deus, a oficialidade violentamente disputada à bandeira lusitana. Salvaram-se os que, como Alexandrino de Alencar e Custódio de Melo não estavam encerrados entre as baterias das nossas fortalezas. Mas a flor da nossa admirável marinagem, aquela bizarra soldadesca naval, essa colônia

de lobos marinhos, que enxameava nas amuras e nas enxárcias dos nossos vasos de guerra, padeceu no silêncio complacente das trevas a morte obscura, inútil e afrontosa dos salteadores...

"A pátria não seria a mais insígne expressão da maternidade, se consentisse agravar, contra filhos seus, imolados a paixões e idéias nobres, a dura expiração da morte em batalhas fratricidas, ou execuções selvagens, com as pompas, os estrépitos, as fanfarras da alegria, e não tivessem abertas as portas dos seus templos, recamados de carinhos os eternos dormitórios dos seus campos santos, e para os infortúnios do entusiasmo, do heroísmo, do amor à liberdade."²⁸

Conta Dunshee de Abrantes que, em dezembro de 1893, Saldanha perguntou a um oficial da maior confiança se sabia o que o levaria a aderir. O interrogado respondera, gracejando: — Foi a restauração. Respondeu-lhe Saldanha: — "Está enganado. Não foi a política. Foi o desespero de ver a nossa farda enlameada."²⁹

O orgulho de trazer uma farda impecável é que mantém imarcescível o espírito de uma corporação.

Que Deus não permita que os nossos militares jamais se vejam levados ao desespero para poderem ostentar seus uniformes imaculados. Eis o que confiamos que ocorra sempre num Brasil organizado na lei para o progresso e para a justiça.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

- 1 — VARNHAGEN, Francisco Adolfo de — *História do Brasil*. 4. ed. [s.l., s.ed.] 1948.
- 2 — A ORDEM. Rio de Janeiro, 1938. p. 68.
- 3 — MACEDO SOARES, José Eduardo de — Saldanha, sua marinha; um perfil magistral das maiores figuras da armada brasileira. In: *Política versus marinha*. Rio de Janeiro, Garnier [s.d.] p. 23.
Depoimento pessoal ao conferencista.
- 4 — AZEVEDO, José Afonso Mendonça — *Vida e obra de Salvador de Mendonça*. Rio de Janeiro, Ministério das Relações Exteriores, 1971.
- 5 — MENDONÇA, Salvador de — "A República", cousas do meu tempo. *Revista do Livro*, Rio de Janeiro, 5(20): 145-156, dez. 1960. "quebrando a espinha dorsal da Revolta com apoio da esquadra norte-americana".
———. *O Imparcial*, Rio de Janeiro, 25 maio de 1913. "Quebrando a espinha dorsal da Revolta com apoio da esquadra norte-americana".
- 6 — PEIXOTO, Arthur Vieira — *Biografia do marechal Floriano Peixoto*. Rio de Janeiro, Ministério da Educação e Cultura, 1939. p. 126 (Floriano, memórias e documentos, v. 1).

- 7 — NABUCO, Joaquim — *A intervenção estrangeira durante a revolta*, 2 ed. Rio de Janeiro, Freitas Bastos, 1932. p. 175, nota 4.
- 8 — ALMEIDA, Teófilo Nolasco de — Almirante Saldanha; a verdade histórica. *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, 24 fev. 1935.
- 9 — BARBOSA, Rui — *O Contra-Almirante Pedro Guimarães, perante o Conselho de Guerra*. Rio de Janeiro, 1895, v. 12, t. 1 (Obras completas).
- 10 — BARBOSA, Rui — op. cit. p. 239.
- 11 — MEMÓRIAS e documentos. Rio de Janeiro, Ministério da Educação e Cultura, 1939. p. 41, v. 5.
- 12 — COELHO NETO — *O morto*. 3 ed. Porto [s. ed.] 1924.
- 13 — BEVILAQUA, Clóvis — *Direito público internacional*. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1912. p. 136-8. Este acordo foi justificado pela "defesa dos interesses superiores da humanidade, relativamente a uma população sem defesa, da qual tão grande parte é composta de estrangeiros, cuja seguridade a esquadra tem o direito de garantir". Mas, nem essa razão autorizava a ingerência dos representantes estrangeiros na luta, porque no Brasil, havia ainda um governo organizado, cumprindo a sua missão. Nem com insurrectos, quer dos que sustentavam o governo legal".
- 14 — ASSIS BRASIL, Francisco de — *Do governo presidencial na república brasileira*. Lisboa [s. ed.] 1956. p. 53. "Em meio de tantas circunstâncias favoráveis teve o movimento uma só, de força puramente moral, que foi bastante para lhe dar morte. Havia, sem dúvida, lá dentro, bons republicanos, mas os preponderantes eram monarquistas impenitentes; a origem dos recursos pecuniários da revolta deixou de ser mistério. Isto convenceu toda a gente de que o que estava em questão era a própria existência da república... Tanto bastou para que o primeiro magistrado da nação se visse rodeado de dedicações inúmeras, entre as quais muitas de homens que estariam longe de aplaudir o seu governo".
- 15 — BELO, José Maria — *História da República*. 4 ed. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1959. 152 p.
- 16 — MOTA FILHO — *Uma grande vida*. São Paulo [s. ed.] 1931. 121 p.
- 17 — PENNA, Affonso A. Moreira — A eleição de Prudente de Moraes e o fim do... (carta de 23 de janeiro de 1894, de Afonso Pena ao marechal Floriano Peixoto) *Revista do Instituto Histórico Geográfico*, Rio de Janeiro (285):19-20, out./dez. 1969. "A eleição que tem dia expressamente marcado na Constituição (art. 47) e que assume gravidade excepcional deste ano". "É preciso não deixar a menor margem de suspeita daqueles que, dentro e fora do Brasil, têm especulado com a suposta intenção de impedir-se a eleição do Presidente da República". (documentos do arquivo de Floriano Peixoto).
- 18 — BARBOSA, Rui — *A imprensa*. Rio de Janeiro, 26 nov. 1900 (confirmado por Glicério em 5 dez.).
- 19 — LAFAYETTE, Pedro. — Op. cit. 2, p. 224.
- 20 — CINTRA, Assis — *Histórias que não tem na história*. São Paulo, Companhia Editorial Nacional, 1928. 166 p.
- ALMEIDA NOGUEIRA — *Estudos ligeiros*. São Paulo [s. ed.] 1914.
- 21 — MARTIN, Francisco — *Os dois almirantes*. Santos [s. ed.] 1905.
- 22 — RAMOS, Eduardo — *Prosas de Cassandra*. Rio de Janeiro, L. Ribeiro, 1918, p. 142.
- 23 — O PRESIDENCIALISMO no Brasil. Rio de Janeiro, *O Cruzeiro*, 1962. p. 185.
- 24 — MEDEIROS E ALBUQUERQUE — *Quando eu era vivo; memórias 1867 a 1934*. 2 ed. postuma e definitiva. Rio de Janeiro, *O Globo* [1945] p. 121 "Quem me disse isto? — Lauro Müller, várias vezes. E para esse caso Lauro era um informador idôneo".
- 25 — BARBOSA, Rui — *Obras completas. Discursos parlamentares, trabalhos jurídicos. Discurso no Senado a 3 de setembro de 1895*. Rio de Janeiro, Ministério da Educação e Saúde, 1952. v. 22, t. 1, p. 69. "Ouçamos um dos ministros que mais tempo serviram nos conselhos do diretor, que mais alto subiram nas suas distinções, que mais fundo privaram nas suas confidências". "Rebelde o depoimento sole-ne do Sr. Felisbello Freire no *Jornal do Comércio* logo após o termo do Terro. Que diz ele? Que, se não fosse a revolução, a constituição republicana estaria provavelmente destruída. Eis aí rôto de alto a baixo o véu da famosa legalidade. É um dos seus ministros quem atesta que o movimento de 6 de setembro foi o obstáculo à declaração da ditadura, que o pensamento íntimo de marechalato era impedir a eleição presidencial, Fazei, pois, a revolta a mercê dessa

justiça, cuja confissão irrompe da consciência dos próprios conselheiros do ditador”.

26 — ABRANTES, Dunshee de — Op. cit., 2. p. 138.

27 — ABRANTES, op. cit. p. 145.

28 — BARBOSA, Rui — *Obras completas*. Rio de Janeiro, MEC., Fundação da Casa Rui Barbosa, 1976, v. 27, t. 6, p. 19.

29 — ABRANTES, Dushee de — op. cit., p. 6.

UMA BIBLIOGRAFIA ABREVIADA DA REVOLTA ARMADA PODE SER ASSIM ESBOÇADA:

Do ponto de vista florianista

PEIXOTO, Sílvio — *No tempo de Floriano*. Rio de Janeiro, A Noite, 1940.

FREIRE, Felisberto — *História da revolta da armada*. Rio de Janeiro, 1806. v. 1.

ABRANCHES, Dunshee de — *A revolta da armada e a revolução Riograndense*. Rio de Janeiro, M. Abranches, 1955. v. 2 (ed. 1901).

MURICY, J. C. da Silva — *A revolução de 1893 nos estados de Santa Catarina e Paraná*.

Sobre Custódio de Mello:

CUSTODIO DE MELLO, José — *O governo provisório e a revolução de 1893*. São Paulo Comp. Ed. Nacional, 1938. v. 2 (Biblioteca Pedagógica Brasileira, série 5).

VASCONCELLOS, Álvaro de — *O Almirante Custódio de Mello e a revolução de 1893*. Rio de Janeiro [s. ed.] 1949 (vários artigos complementares).

Sobre Saldanha da Gama:

COSTA, Dídio Iratin Afonso — *Almirante Luiz Philippe de Saldanha da Gama*. Rio de Janeiro, Serviço de Documentação Geral da Marinha, 1957.

BRASIL. da Marinha Serviço de Documentação — *Centenário do Almirante Saldanha (1846-1946)*, Rio de Janeiro, Imprensa Naval, 1935.

MACEDO SOARES, José Eduardo — *Saldanha, sua vida, sua obra*. Rio de Janeiro [s. ed.] 1935.

VILAR, Frederico — *As revoluções que eu vi*. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, 1951.

CALDAS, Honorato — *Apoteose do Almirante Saldanha da Gama*. Rio de Janeiro, Alex Vilela, 1893. 383 p.

THOMPSON, Arthur — *Guerra civil do Brasil de 1893-1895*. Rio de Janeiro, Ed. Ravaro, 1934, 458 p.

SOUZA E SILVA, Carlos Augusto — *Almirante Saldanha e a revolta da armada*. Rio de Janeiro, J. Olympio, 1936.

LAFAYETTE, Pedro — *Saldanha da Gama*. Rio de Janeiro, Ed. Sousa, 1959. 2 v.

TINOCO, Godofredo — *A vida amorosa de Luiz Philippe de Saldanha da Gama*. Campos, 1956.

RODRIGUES, Raul de Oliveira — *Um militar contra o militarismo*. Rio de Janeiro, O Cruzeiro, 1959.

MONTEIRO, Tobias — *Reminiscências do Almirante Saldanha*. *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, 24 abril, 1909.

———. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, v. 185.

COSTA, Dídio Iratin Afonso — *Saldanha*. Rio de Janeiro, Imprensa Naval, 1944 (contendo extratos do Diário do aspirante Roberto de Barros).

CASTILHO, Augusto de — *Portugal e Brasil; conflito diplomático*. Lisboa, M. Gomes, 1894. 3 v. (estudo do aspecto diplomático).

AZEVEDO, José Afonso Mendonça — *Vida e obra de Salvador de Mendonça*. Rio de Janeiro, Ministério das Relações Exteriores, 1971.

MENDONÇA, Salvador de — *A situação internacional do Brasil*. Rio de Janeiro, 1913.

Alguns desses trabalhos, divulgados parceladamente pela imprensa, provocara, polêmica como:

TAVARES, Raul — *Da revolta à revolução*. *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, 17 jan. 1937.

ALMEIDA, Theophilo Nolasco de — *Almirante Saldanha; verdade histórica*. *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, 24 fev. 1935.

SILVADO, Américo Basílio — *A revolução e Floriano*. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 7 a 28 mar. 1937.

MELO, Miguel — *Indiscrições de papéis velhos*. *Revista do Brasil*, Rio de Janeiro, 26(104). ago. 1924.